

Fundos vão financiar uso de energia solar com R\$ 3,2 bi

Por Daniel Rittner e Andréa Jubé
| De Brasília



Helder Barbalho: "iniciativa com impacto econômico e social gigantesco".

Às vésperas do prazo de desincompatibilização dos ministros e do início da campanha eleitoral, o governo lançará na próxima semana a iniciativa mais abrangente até hoje para difundir a microgeração de energia solar no país.

Quase R\$ 3,2 bilhões estarão disponíveis para financiar a instalação de placas fotovoltaicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos provêm dos fundos constitucionais, têm juros muito abaixo das taxas de mercado e prazos mais longos de pagamento. A ideia é incentivar a geração própria em residências e estabelecimentos comerciais. Uma reunião dos conselhos deliberativos das agências regionais de financiamento - Sudam, Sudene e Sudeco - está agendada para o dia

4 de abril a fim de aprovar essa nova fonte de crédito. O anúncio deve ser feito pelo presidente Michel Temer.

As linhas serão oferecidas pelas instituições públicas que atuam como operadores financeiros dos fundos constitucionais. O Banco do Nordeste terá as condições mais atrativas, com juros anuais de 6,24% e 12 anos para o pagamento do empréstimo, incluindo quatro de carência.

O Banco da Amazônia (Basa), que atende à região Norte, trabalhará com a mesma taxa, mas 36 meses de prazo para a quitação do financiamento (e dois meses de carência). No caso do Banco do Brasil, agente financeiro do Centro-Oeste, a taxa será de 7,33% ao ano - com 24 meses de prazo e seis meses de carência.

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, vê um esforço de popularizar o uso de placas fotovoltaicas. Até agora, o crescimento da energia solar tem sido impulsionado por usinas cuja produção é vendida nos leilões de suprimento organizados pelo governo. "Agora queremos levar ao cidadão uma iniciativa com impacto econômico e social gigantesco."

Barbalho, que deixa o cargo no dia 7 de abril e disputará as eleições para governador do Pará pelo MDB, prevê uma boa procura por recursos

onde as tarifas são mais altas. "O custo da energia é brutal", diz o ministro, lembrando que ele mesmo vem de um Estado com grande superávit hidrelétrico, onde estão Tucuruí e Belo Monte. "E paga-se três vezes o valor da tarifa de outras capitais."

O Brasil tem hoje 24.565 sistemas de mini ou microgeração distribuída, segundo dados compilados pela Absolar, entidade que reúne a cadeia produtiva do setor. Mais de 99% dos sistemas são baseados em placas fotovoltaicas. "Quando analisamos o perfil dos consumidores, porém, os gargalos ficam evidentes", pondera o presidente-executivo da associação, Rodrigo Sauaia.

Cerca de 70% dos microgeradores estão no segmento de comércio, prestação de serviços ou residências de renda média e alta. "As pessoas jurídicas estão encontrando caminhos para se financiar", avalia Sauaia. Segundo ele, o investimento em placas para a autoprodução de energia se paga em até cinco anos e os sistemas têm vida útil de pelo menos 25 anos. "É melhor do que qualquer outro investimento, como poupança ou fundos. A pessoa física, que poderia ter os maiores ganhos do ponto de vista do custo-benefício, não é contemplada."

Quem gera energia própria e joga





o excedente no sistema interligado, via distribuidora, deixa de pagar conta de luz e acumula créditos para usar no futuro.

Paralelamente, o ministério e a Absolar estão firmando um convênio para estudar juntos a possibilidade de troca do fornecimento de energia ao projeto de transposição do rio São Francisco. As nove bombas de elevação das águas - nos eixos leste (inaugurado em 2017) e norte (com entrega prevista para o segundo semestre) - vão consumir 746 mil megawatts-hora por ano e arcar com um gasto anual de energia em torno de R\$ 300 milhões.

A ideia do governo - e a Absolar concluirá um estudo sobre o assunto daqui a 60 dias - é instalar placas fotovoltaicas nas margens dos canais. A faixa de 100 metros em cada margem já foi desapropriada e existe espaço suficiente para a instalação das placas, bem como 270 de linhas de transmissão de energia em alta

tensão já construídas junto com o projeto de transposição.

Em uma terceira iniciativa do "pacote" de fomento à energia solar, o ministério vai propor a instalação das placas fotovoltaicas no perímetro de Itaparica (entre a Bahia e Pernambuco), que tem dez complexos de agricultura irrigada. Com cerca de 40 mil famílias, o complexo tem alto consumo de eletricidade e abastecimento subsidiado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). A conta paga pela estatal é de cerca de R\$ 42 milhões anuais.

Se esse projeto der certo e o fornecimento de energia for mais barato, pode-se pensar no fim dos subsídios, diz Gustavo Canuto, presidente do conselho de administração da Codevasf. "O objetivo é que os agricultores possam se emancipar", afirma.

MP pode dispensar licença ambiental para saneamento

Por Andrea Jubé | De Brasília

A minuta de medida provisória que institui o novo marco legal do saneamento básico, à qual o Valor teve acesso com exclusividade, prevê a dispensa de licenciamento ambiental para construção de novas estações de tratamento de água e de esgotos sanitários e o fim da dispensa de licitação para as companhias estaduais, estabelecendo igualdade de concorrência para os setores público e privado.

O presidente Michel Temer afirmou que o novo marco está em fase final de discussão no governo ao discursar na abertura do Fórum Mundial das Águas na semana passada em Brasília. "Nossa atenção volta-se com muita naturalidade para o saneamento, estamos ultimando projeto de lei com vistas à modernizar nosso marco regulatório de saneamento e incentivar novos investimentos", disse, no último dia 19.

O governo ainda discute se envia a proposta ao Congresso como medida provisória ou projeto de lei. Caberá ao ministro das Cidades, Alexandre Baldy - que integra o núcleo próximo ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) -, articular a votação da matéria no Congresso.

A ala do governo que defende a edição de uma medida provisória cita dados alarmantes sobre o déficit de abastecimento para justificar a urgência em atrair novos investimentos para o setor. O exemplo mais expressivo é Rondônia, na Região Norte, onde apenas 4% dos domicílios têm rede de coleta de esgoto, 40,7% de água tratada, segundo dados do Ministério das Cidades.

Em contrapartida, o governo enfrenta a resistência de alguns governadores, já que as companhias estaduais vão perder o quase monopólio que exercem sobre o setor. Há expectativa de avançar no diálogo com esses atores após o dia 7 de abril, quando grande parte dos governadores se desincompatibiliza dos cargos para concorrer nas eleições de outubro. O projeto não deve seguir para o Legislativo antes desse prazo.

O diagnóstico governista é de que há uma demanda represada pelos serviços de água e esgoto tratados, com consequências para a saúde pública e o meio ambiente, e a contrapartida do interesse da iniciativa privada em ingressar nesse mercado. Para isso, entretanto, é preciso instituir com o novo marco legal um ambiente de segurança jurídica e regulatória, de modo a atrair as empresas privadas para participarem de licitações e concessões no setor.

Uma das novidades do texto é a dispensa do licenciamento ambiental em situações específicas: das unidades de tratamento de esgotos sanitários cuja vazão média seja igual ou inferior a 100 litros por segundo, e de tratamento de água com capacidade igual ou inferior a 200 litros por segundo.

A justificativa para essa dispensa, segundo o texto, é porque a demora em se obter esse licenciamento torna-se um "entrave importante à expansão dos serviços", enquanto as obras de saneamento básico têm impacto positivo sobre o meio ambiente.

"Se computados junto ao impacto inicial da obra seu funcionamento ao longo dos anos, estes últimos mais que compensam o primeiro", diz o texto.

Reforçando a necessidade dessa dispensa para acelerar o início das novas obras, uma fonte do governo propõe a seguinte comparação: se para lançar dejetos nos leitos dos rios não se pede licença ambiental, por que o aval seria obrigatório para investir na despoluição dos rios com novas estações de tratamento?

A proposta ressalva que o licenciamento ambiental continuará obrigatório para a destinação final dos subprodutos da utilização das estruturas.





A principal inovação é o fim da prerrogativa das companhias estaduais de dispensa de licitação para prestar os serviços de tratamento de água e esgoto junto aos municípios, o que gerou insatisfação entre os governadores.

O objetivo é instituir a "livre concorrência de mercado", justifica uma fonte do governo. Haverá espaço para a formação de consórcios entre as companhias estaduais de saneamento e empresas privadas, mas a novidade é que com o novo marco, setor público e privado poderão competir nesse setor "de igual para igual". A minuta afirma que as empresas estaduais

desfrutaram de um "monopólio natural".

Para resguardar os Estados de prejuízos, o texto estabelece que se ocorrer a alienação do controle acionário da companhia estadual de saneamento, os contratos em vigor serão mantidos.

Outra mudança é a atribuição à Agência Nacional de Águas (ANA) da competência de elaborar normas nacionais de referência regulatória para a área de saneamento básico. "Espera-se uma elevação na qualidade" das regras para o setor e uma "maior uniformização regulatória em todo o território nacional", diz o documento.

Baixa cobertura

Estados com menor índice de atendimento com rede de água e esgoto

Esgoto (urbano e rural) - %



Água (urbano e rural) - %



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, diagnóstico dos serviços de água e esgoto relativo a 2016

Balança acumula saldo de US\$ 5,1 bilhões no mês

Por De São Paulo

A balança comercial brasileira registrou novo superávit na quarta semana de março, de US\$ 1,505 bilhão (exportações de US\$ 4,580 bilhões e importações de US\$ 3,075 bilhões), de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

No acumulado do mês até o dia 23, as exportações somam US\$ 16,295 bilhões e as importações, US\$ 11,144 bilhões, totalizando saldo positivo de US\$ 5,151 bilhões. No ano, as exportações acumulam US\$ 50,576 bilhões e as importações, US\$ 37,753 bilhões. O superávit chega a US\$ 12,823 bilhões.

A média diária das exportações, na quarta semana de março, foi de US\$ 916,1 milhões, valor 6,2% menor que o registrado no acumulado do mês até a terceira semana (US\$ 976,2 milhões).

A média diária das importações na quarta semana do mês (US\$ 615 milhões) foi 8,5% menor que a verificada até a terceira semana do mês (US\$ 672,5 milhões).

As saúvas, a política e o corporativismo

Nathan Blanche

Como venho alertando desde o ano passado, o caminho que trilharam as contas públicas do Brasil é muito perigoso. O risco de os gastos federais romperem o teto constitucional, principalmente a partir de 2019, alimenta as suspeitas de descontrole das despesas públicas e a retomada da discussão sobre a solvência fiscal do País. O fracasso da reforma da Previdência foi o tiro de misericórdia do Congresso Nacional, pois ela é condição necessária, ainda que insuficiente, para evitar a ruptura das normas constitucionais já a partir do ano que vem.

Em 2016, ano anterior à vigência do teto dos gastos, as despesas previdenciárias do Regime Geral representavam 41% do Orçamento da União, tendo subido para 44% em 2017, o primeiro ano de vigência do teto. Sem uma dura reforma da Previdência essa tendência crescente deve fazer com que esses gastos superem pouco mais da metade do Orçamento entre 2021 e 2022. O crescimento explosivo dos dispêndios da Previdência tem sido o maior responsável pelo aumento do déficit da Seguridade Social, que em 2017 atingiu 4,4% do produto interno bruto (PIB) – R\$ 292,4 bilhões –, ante um déficit de 4,1% do PIB em 2016, apresentando, portanto, piora, mesmo com o PIB tendo crescido

1% no ano passado.

Nesse período, as despesas discricionárias, que incluem o custeio dos serviços públicos (excluindo pessoal) e os investimentos em capital, foram reduzidas de 22,7% para 19,7% das despesas totais do governo. Na ausência da reforma da Previdência e sendo a única variável de ajuste, essas despesas sofrerão cortes sucessivos para sustentar o teto do gasto, encolhendo para 13% em 2022 (supondo queda real anual de 10% desse gasto). A retração dos investimentos públicos teve impacto decisivo para a queda da formação bruta de capital fixo, que sofreu retração da ordem de 30% no período de 2014 a 2017.

Infelizmente, há sinais de que políticos e assessores de possíveis presidenciáveis estudam formas de driblar os mandamentos fiscais, com a possível flexibilização da regra de ouro e do teto do gasto, o que seria uma forma de proteger o próximo presidente de eventual crime de responsabilidade. Um eventual afrouxamento das amarras fiscais presentes na Constituição, especialmente antes de reformas essenciais, deve elevar a percepção de risco dos agentes com relação à questão fiscal, ameaçando a consolidação do ciclo de expansão econômica. A era das escolhas fáceis ficou

para trás.

Ou o Brasil acaba com a "saúva" ou a "saúva" acaba com o Brasil. A classe política deve incorporar de uma vez por todas o conceito econômico de restrição orçamentária e sinalizar para a sociedade brasileira que os recursos são escassos e devem ser, portanto, alvo de escolhas alocativas. Cada real gasto com a Previdência, por exemplo, significará menos real gasto em educação, saúde e segurança ou em infraestrutura. Cabe à política intermediar essa disputa por recursos. A responsabilidade fiscal deve ser, portanto, um valor de toda a sociedade, independentemente de ideologias ou de preferências alocativas.

Daí a importância de se mobilizar o apoio dos mais variados segmentos à continuidade da atual agenda reformista, desde classes representativas dos trabalhadores e empresários até demais organizações da sociedade civil e imprensa. A economia política brasileira no pós-Constituição de 1988 gerou um desequilíbrio perverso para o desenvolvimento sustentável. A crescente demanda pela presença do Estado nas mais diversas searas resultou em aumento do endividamento público e da carga tributária. Essas duas saídas não têm viabilidade no futuro. O risco





fiscal latente, em conjunto com a falta de legitimidade da classe política para exigir maior esforço da sociedade para fechar as contas, aponta para a necessidade de eleger prioridades.

A solução para a crise fiscal não se encontra apenas no plano econômico. Na verdade, a restauração da normalidade democrática e a recuperação da legitimidade da classe política são essenciais para o debate em torno das prioridades da sociedade brasileira no futuro. A "bagunça" no âmbito institucional, resultado do desentendimento entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a corrupção sistêmica e a tentativa do funcionalismo público e do Judiciário de frear mudanças para manutenção de seus privilégios e interesses corporativos resultam na total falta de credibilidade, perante a

sociedade, não somente do Congresso Nacional, mas também da capacidade das lideranças políticas de fazerem uma boa gestão dos recursos públicos.

Em meio a esse complicado cenário socioeconômico temos as eleições presidenciais e legislativas deste ano. É imperativo o surgimento de uma coalizão político-partidária que apresente um programa de governo baseado em diagnóstico que combine reformas econômicas necessárias para garantir não apenas o crescimento econômico sustentável, mas o aumento da eficiência do Estado na provisão de serviços públicos essenciais para uma sociedade civilizada. A eventual eleição de populistas de esquerda ou de direita deve ter um custo econômico muito elevado.

Não se trata de escolher o novo

messias, mas de criar mecanismos para superar a herança maldita de 13 anos de poder dos ditos socialistas populistas da América latina. A calma com a economia brasileira pode ser pontual. Se o caminho da política econômica responsável e a agenda de reformas forem abandonados, o País voltará a trilhar o caminho da bancarrota, da estagnação e da inflação, com elevados custos sociais. O jogo presidencial é o divisor de águas. Uma escolha equivocada deixará um legado amargo por muito tempo. Que a sociedade, formadores de opinião e líderes políticos estejam à altura dos desafios impostos por esse momento-chave da História brasileira.

SÓCIO-DIRETOR DA
TENDÊNCIAS CONSULTORIA
INTEGRADA

Meirelles decide deixar a Fazenda e se filiar ao MDB

Ministro vai entregar o cargo e trocar o PSD pela sigla do presidente Michel Temer, mesmo sem ter a garantia de candidatura ao Planalto

Adriana Fernandes

ENVIADA ESPECIAL / PORTOALEGRE

Igor Gadelha / BRASÍLIA

Mesmo sem garantia de que será cabeça de chapa na eleição para o Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, decidiu se arriscar e vai deixar o cargo, se filiar ao MDB e tentar se candidatar na disputa de outubro. O ato de filiação deverá ser feito no início da próxima semana, quando será anunciado também o sucessor de Meirelles. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, foi o indicado por Meirelles para substituí-lo.

O nome de Guardia, no entanto, enfrenta resistências dentro do MDB, mas a expectativa é de que o presidente Michel Temer aceite a sugestão. O presidente foi alertado de que há risco elevado de outros integrantes do chamado "dream team" deixarem a equipe econômica, caso o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, seja indicado para o cargo. Meirelles preferiu não confirmar ontem, em Porto Alegre, a decisão

de ir para o MDB até que o anúncio do nome do seu sucessor seja feito.

Após a decisão de deixar a pasta, Meirelles cancelou a ida a um fórum jurídico em Portugal. A costura do acordo de sua ida para o MDB foi confirmada ontem pelo presidente Michel Temer ao Estadão/Broadcast, o que precipitou a movimentação em torno da sucessão. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a escolha de Guardia. Ao Estadão/Broadcast, Temer disse, por telefone, que já era a intenção de Meirelles deixar a pasta.

"Já era a intenção dele. Acertamos nesses últimos dias", afirmou o presidente. Para tentar viabilizar seu projeto eleitoral, o ministro da Fazenda vai deixar o PSD, sua atual legenda, e se filiar ao MDB, mesmo com o partido tendo o próprio Temer como pré-candidato à reeleição. A ideia é que o ministro fique como "plano B", caso Temer não consiga viabilizar sua candidatura e desista de entrar no páreo.

Se Temer não recuar, o MDB quer que Meirelles seja candidato a vice-presidente na chapa do emedebista. O ministro resiste a ser vice e, por isso, ficou incomodado com a precipitação do presidente. A declaração de Temer foi feita enquanto Meirelles estava

em voo para Porto Alegre, onde faria duas palestras para líderes empresariais. Meirelles não gostou de ter sido atropelado pelo presidente, porque queria ele mesmo fazer o anúncio.

Por isso, preferiu dizer publicamente que vai decidir somente no fim de semana. Temer ligou para Meirelles para desfazer o mal-estar e depois acabou fazendo um recuo tático. Ontem à tarde, após participar de evento na Fecomercio- SP, em São Paulo, disse que conversou sobre todas as hipóteses com Meirelles. "Eu e o ministro Meirelles consideramos as várias hipóteses no fim de semana, não havia exatamente uma decisão, mas considerando a hipótese de sua saída. E, evidentemente, ao cuidar de sua saída, se ele vier a sair, vou ouvi-lo muito na indicação do seu substituto", disse o presidente a jornalistas.

Substituto. A indicação de Guardia, segundo fontes, faz parte das costuras políticas para a migração de Meirelles ao MDB. O ministro também sugeriu o nome do secretário de Acompanhamento Fiscal, Mansueto Almeida, para o Ministério do Planejamento, já que o ministro Dyogo Oliveira, como mostrou o Estado, é cotado para a presidência do BNDES. Para um interlocutor do ministro, seria um





"desprestígio" de Meirelles o presidente não aceitar a indicação de Guardia. Em Porto Alegre, Meirelles já foi tratado como candidato e aplaudido na Federasul quando respondeu sobre a sua candidatura. No entanto, o ministro da Fazenda não chegou à decisão final com o MDB. "No momento em que eu tomar a decisão, eu anuncio", disse. "Presidência não é questão de desejo, é de oportunidade", afirmou.

Aos aliados, tudo

A decisão do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de deixar o cargo para entrar na corrida eleitoral de 2018, ainda que seja como futuro candidato a vice, fez com que ele ganhasse o direito de indicar o sucessor na Fazenda. Conforme adiantou o blog do Vicente, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é nome certo para o BNDES, de forma a contentar Romero Jucá. Entretanto, a guerra na área econômica e financeira do governo não terminou. O PP insiste em indicar o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), mesmo se conseguir deslocar Gilberto Occhi, atual presidente da CEF, para o Ministério da Saúde. Temer, depois de atender Meirelles e o MDB, não terá como dizer não ao PP, uma bancada em ascensão numérica e votos preciosos ao governo.

CONJUNTURA »**Meirelles sai. Equipe mantém Fazenda**

Com a saída do ministro para disputar a Presidência, secretário executivo da pasta, Eduardo Guardia, é o mais cotado para assumir o posto. Assessores ameaçam pedir demissão se sucessor vier de fora. Dyogo Oliveira pode ir para o BNDES

» HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Com a iminente saída do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para disputar as eleições presidenciais, o secretário executivo da pasta, Eduardo Guardia, deve assumir o comando da economia a partir da segunda semana de abril. Há um movimento dentro do órgão para que o Palácio do Planalto não escolha um nome externo para o cargo. Guardia e o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, que também é cotado para a vaga, estariam articulando uma rebelião de toda a equipe caso um “corpo estranho” seja escolhido para a vaga de Meirelles. Se isso ocorrer, a intenção é que todos peçam demissão, como informou o Blog do Vicente, do Correio.

A equipe fez chegar ao Planalto a informação de que a insatisfação seria a mesma com o possível deslocamento do ministro do

Planejamento, Dyogo Oliveira, para a Fazenda. Assessores dizem que ele não pretende entrar em “fococas” e está interessado em mostrar resultados no cargo que ocupa. O próprio Oliveira, porém, é um dos que devem participar da dança das cadeiras na Esplanada. Ele pode substituir Paulo Rabello de Castro, que será candidato à presidência pelo PSC, na chefia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse arranjo, Mansueto Almeida assumiria a vaga do Planejamento.

A saída de Meirelles é considerada certa. Ontem, o presidente Michel Temer confirmou ter conversado com o ministro sobre a mudança. Entretanto, ontem à tarde, após o evento na Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), na capital gaúcha, Meirelles afirmou que só vai anunciar se deixa ou não o cargo no início da próxima semana. Ele também deve sair do PSD com destino ao MDB, partido do presidente da República. O ministro quer encabeçar a chapa que disputará o Planalto, mas isso vai depender de seu desempenho nas pesquisas eleitorais e da vontade de Temer de se candidatar à reeleição.

Turbulências

Meirelles precisa deixar o cargo até 7 de abril se quiser disputar o pleito. Depois dessa data, Guardia

seria o responsável por dar continuidade à atual política econômica. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), que queria colocar o apadrinhado Dyogo Oliveira na Fazenda, não deve mais insistir na indicação. O Planalto quer evitar turbulências desnecessárias e constrangimento com o mercado. A sucessão na Fazenda foi um dos termos que Meirelles negociou com Temer para se filiar ao MDB.

Em Porto Alegre, o ministro da Fazenda disse, ainda, que seria “injusto” anunciar o possível sucessor agora, porque ainda pode decidir ficar na pasta. “Seria desagradável, para dizer o mínimo, e seria incorreto para o país”, ponderou. Apesar disso, destacou que tem uma equipe “excepcional”. “Diversos secretários estão altamente qualificados para exercer a função (de ministro) com tranquilidade. Não é uma situação que precise preocupar”, disse, acrescentando que este é um problema “bom” para o governo.

Passagem do bastão

A troca de comando na Fazenda não pegou o mercado de surpresa. Segundo o diretor de Câmbio da FB Capital, Fernando Bergallo, a saída de Meirelles era esperada, porque o ministro já demonstrava vontade de concorrer à Presidência. “Todos já sabiam dessa possibilidade. A notícia não impactou o mercado também





porque a política econômica implementada por ele está bem solidificada e direcionada. Além disso, a equipe dele deve permanecer nos postos-chave”, comentou. “A única preocupação é se o novo ministro não agradar à equipe antiga e, com isso, ocorrer uma rebelião em massa”, completou.

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Pedro Paulo Silveira, avaliou que, contanto que o substituto seja do “time do Meirelles”, o ambiente econômico deve permanecer favorável para os negócios. “Não se espera que o mercado vá reagir de maneira negativa (com a saída do ministro)”, afirmou. Ele destacou que o “boicote” da equipe da Fazenda a um nome de fora foi uma forma de pressionar o presidente Michel Temer na escolha do novo ministro.

O mercado defende a continuidade do atual projeto econômico para não criar imprevisibilidade.

Após o evento no Rio Grande do Sul, Meirelles voltou a destacar que o país deve crescer 3% e criar 2,5 milhões de empregos em 2018. Ele assumiu a Fazenda em maio de 2016 e, desde então, o país saiu da recessão econômica, num cenário de queda dos juros e da inflação. (Confira o quadro ao lado) O desemprego continua alto, mas parou de crescer no segundo trimestre do ano passado e, desde então, vem diminuindo lentamente. Todavia, o número de vagas informais foi o que mais cresceu desde então.

Dívida pública cresce 1,53%

A dívida pública federal atingiu R\$

3,582 trilhões após alta de 1,53% em fevereiro ante o mês anterior, quando estava a R\$ 3,528 trilhões, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. O endividamento interno subiu 1,5%, para R\$ 3,456 trilhões, enquanto o externo avançou 2,23%, a R\$ 125,59 bilhões, no mesmo período. A coordenadora de operações da dívida pública do Tesouro, Márcia Tapajós, destacou que o custo médio acumulado em 12 meses é o menor desde abril de 2010. O índice saiu de 10,06% para 10,01%, influenciada pela queda da taxa Selic, que está em 6,25% ao ano. Apesar disso, o Plano Anual de Financiamento (PAF) estima que a dívida pública federal fique entre R\$ 3,78 trilhões e R\$ 3,98 trilhões ao término de 2018, nos maiores níveis da história.

Mudança

Depois que Meirelles assumiu o cargo, reduziu os juros e a inflação, além de tirar a força do desemprego. Alguns eleitores, porém, não ainda não sentiram as melhoras

Confira a evolução de alguns indicadores econômicos:

Juros Selic (em % ao ano)



Taxa de Desemprego (em %)



Inflação (em % em 12 meses)



FONTE: BC, IBGE e Ministério da Fazenda e analistas





De olho na urna

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deve deixar a pasta na próxima semana, a última para a troca de partido e desincompatibilização do cargo

Disputa interna

Meirelles vai tentar se lançar à Presidência da República, com base no discurso de melhora da economia. Apesar da vontade, ele precisa se acertar com o presidente Michel Temer, que também busca reeleição

Não decidi, mas...

Apesar de Meirelles afirmar que não decidiu sair do PSD para ir ao MDB, ele elogiou o programa da segunda sigla e apontou que a primeira está em "outro projeto", portanto, não deve apresentar um candidato próprio.

Quem vai?

A intenção do ministro é se tornar candidato à Presidência pelo MDB, mas tudo indica que Temer será o nome governista. Os dois andam se encontrando frequentemente para tratar de uma possível chapa. Meirelles é um nome que tem cacife para bancar a própria campanha, um dos principais interesses do MDB.

Sucessor

Enquanto isso, especula-se quem será o próximo ministro da Fazenda, quando Meirelles sair. Por enquanto, três nomes sobressaem.

Confira quem são os cotados ao cargo:



Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento

Idealizador da ideia de liberar as contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o ministro é um nome ligado ao senador Romero Jucá (MDB-RR). Só que a atual equipe da Fazenda resiste a um "corpo de fora" na liderança.



Eduardo Guardia, secretário executivo do Ministério da Fazenda

É o sucessor mais provável entre os três nomes. Quando o ministro viaja para o exterior, o secretário executivo assume o cargo. É considerado um homem sério e grande aliado de Meirelles. Enfrenta resistência de alguns parlamentares, pela rigidez nas negociações



Mansueto Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

Pode ter vantagens em relação ao secretário executivo na articulação com o Congresso Nacional. Também é muito próximo de Meirelles

Quem é quem na Fazenda

Daniel Rodrigues Alves, secretário executivo adjunto

Fabio Kanczuk, secretário de Política Econômica

Ana Paula Vescovi, secretária do Tesouro Nacional

Marcello de Mouro Estevão Filho, secretário de Assuntos Internacionais

Jorge Antonio Deher Rachid, secretário da Receita Federal

Marcelo Abi-Ramia Caetano, secretário de Previdência

Ruídos do ego

VICENTE NUNES

Com a saída de Henrique Meirelles do Ministério da Fazenda definida, os investidores acompanham com atenção como ficará a dança das cadeiras na equipe econômica. Qualquer deslize nas escolhas do presidente Michel Temer poderá criar tensões desnecessárias numa área que só tem dado boas notícias ao governo.

Temer já apresentou aos mais próximos um desenho do que pensa para a equipe econômica se todas as mudanças que estão sendo aventadas forem concretizadas. A ideia é bater o martelo até o fim desta semana para evitar mais ruídos. A possível dança das cadeiras detonou um tiroteio enorme entre os integrantes da Fazenda e do Planejamento.

Está praticamente certo que o atual secretário executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, assumirá o posto de Meirelles, que se filiará ao MDB e poderá ser vice numa chapa liderada por Temer ou mesmo o cabeça se o presidente se der conta de que pode ser um fiasco na disputa por mais quatro anos no Palácio do Planalto.

A partir daí, porém, o quadro se complica. Se Paulo Rabello de Castro também sair candidato à sucessão de Temer, abrindo mão da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), será preciso deslocar alguém para o comando da instituição. Nesse caso, o Planalto transferiria o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para o posto. E, no lugar dele, Meirelles quer emplacar Mansueto Almeida, atual secretário de Acompanhamento Fiscal da Fazenda.

Dono do pedaço

Na avaliação do mercado, se esse desenho se confirmar, não haverá motivo para estresse, pois o sinal seria de manutenção na atual política econômica. O que está intrigando os agentes financeiros é a guerra que tomou conta dos bastidores da Esplanada. A boa convivência que se observava entre a Fazenda e o Planejamento foi pelos ares. Ninguém aceita abrir mão de poder. É aí que mora o perigo.

O clima começou a esquentar quando o senador Romero Jucá (MDB-RR) tentou convencer Temer a transferir Dyogo do Planejamento

para a Fazenda. A equipe de Meirelles avisou que se demitiria na hora, sob a alegação de que a política econômica passaria a ser pautada pelos interesses de Jucá e do MDB. Para acalmar os ânimos, o ministro da Fazenda negociou com Temer fazer seu sucessor num pacote que envolvia sua filiação ao partido do presidente.

Como não é bobo, Meirelles aproveitou para expandir seus poderes, mesmo estando oficialmente fora do governo. Com Mansueto no Planejamento seria o comandante de toda a equipe econômica. Aproveitaria para mandar Dyogo, com o qual nunca teve uma relação muito próxima, para o Rio de Janeiro, onde fica a presidência do BNDES, e se livraria de vez de Rabello de Castro, do qual tem ojeriza.

Melhor dos mundos

Os investidores dizem que, ao tentar ampliar seu poder sobre a equipe econômica, a despeito de sair do governo, Meirelles quer garantir que nada saia do prumo na condução da economia. Ele conta com uma retomada mais forte da atividade daqui por diante para tentar alavancar





sua candidatura. Num quadro de estresse, corre o risco de continuar com míseros 2% nas pesquisas de intenção de votos.

Entre os donos do dinheiro, mesmo não tendo dado jeito nas contas públicas, o time de Meirelles conseguiu conter a piora dos números. Os gastos ficaram contidos para evitar a explosão do déficit fiscal, que, neste ano, deve ficar em até R\$ 159 bilhões. Por isso, alegam eles, a dança das cadeiras na equipe econômica deve continuar sinalizando responsabilidade no manejo das finanças federais. Qualquer coisa diferente disso provocará muita volatilidade.

Para os investidores, o melhor dos mundos seria Meirelles deixar suas ambições políticas de lado e continuar à frente da Fazenda. Ninguém acredita na possibilidade de

o ministro conseguir chegar à reta final das eleições com chances de assumir a Presidência da República. Como diz um banqueiro com bom trânsito em Brasília, o ego de Meirelles está falando mais alto.

“Meirelles olha para as pesquisas e, em vez de ver 2% ou 3% de intenções de votos, enxerga 20% ou 30%”, diz o banqueiro. “Que ele vai ser derrotado, não há dúvidas. Agora, o que não pode é o governo desestabilizar a política econômica. Isso, sim, será um grande problema se ocorrer”, acrescenta. Esse aviso, por sinal, o banqueiro já deu pessoalmente ao Planalto.

Focos de crescimento

O setor Noroeste e as áreas servidas pela rodovia DF-140 são os focos da expansão para o setor imobiliário do Distrito Federal nas

próximas décadas. Neste ano, a expectativa é de haver no Noroeste três vezes mais lançamentos do que em 2017.

Potencial claro

Considerando todas as unidades lançadas, no Noroeste, restam menos de 10% da oferta nas mãos dos incorporadores. Nos arredores da DF-140, há 48 projetos imobiliários em análise e 15 aprovados.

Base do otimismo

A cada ano, 75 mil pessoas são acrescentadas à população do DF, um crescimento de 2,7%, o que anima os construtores. Os dados fazem parte de um estudo sobre as tendências do mercado imobiliário no DF que a Lopes Royal apresentará a um grupo de incorporadores e construtores nesta semana.